, Lei nº 812 de 07.07.11



## GOVERNO DE RORAIMA "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE LEI № 🔾 🧘

DE 23 DE

MAIO

DE 2011.

"Dispõe sobre a extinção, por remissão, de créditos tributários relativos ao ICMS, da Companhia Energética de Roraima - CERR.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

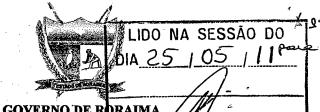
Art. 1º Ficam extintos, por remissão, os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, lançados contra a Companhia Energética de Roraima - CERR, Inscrição Estadual nº. 24.001.489-5, CNPJ nº. 05.938.444/0001-96, através dos Autos de Infração nºs 16/2006, 564/2006 e 886/2008.

Art. 2º O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de Importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 23 de maio de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR Governador do Estado de Roraima



**GOVERNO DE R** "Amazônia: Patrimônio

Mª. Aurilena de L. Fagun Chefe de Gabinete - Presidência ALE

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 022 DE 23 DE MAIO DE 2011.

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO E EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS,

Tenho e honra de submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências o Projeto de ei em anexo que dispõe sobre remissão de créditos tributários da Companhia Energética de Rorairos CERR.

Convém lembrar, que a CERR é uma sociedade de economia mista, sob controle acionario do governo estadual, que atua como fornecedora de energia elétrica a aproximadamente 20 mil unidades consumidoras em 14 municípios do interior de Roraima.

Como alternativa às graves dificuldades operacionais e econômico-financeiras acumuladas pela concessionária durante anos, principalmente no que diz respeito ao passivo tributário da empresa, o Governo do Estado de Roraima busca, pelo instituto da remissão previsto no Código Tributário Nacional. art. 172, e devidamente autorizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio ICMS 191, de 10 de dezembro de 2010, cópia anexa, o equacionamento imediato do passivo tributário referente ao ICMS, imposto de competência estadual.

Em atenção, encaminho o presente Projeto de Lei para remissão dos créditos tributários lançados pelos Autos de Infração nº 16/2006; 564/2006 e 886/2008, nos seguintes valores, respectivamente: R\$ 3.880.936,04; R\$ 261.209,57 e R\$ 2.246.336,92.

Convicto do acolhimento favorável de Vossas Excelências, reitero minhas expressões de consideração e apreço.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 23 de maio

Governador do Estado de Roraima

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº: CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR - Brasil

Fone · Fax: 0\*\*(95) 2121-7926/2121-7930

Lebb 19/5/2011

DATL/Casa Civil

Assemb!~:-